

## CRIANÇAS IMIGRANTES NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ALGUMAS REFLEXÕES DE ESTÁGIO

Andriele da Mata Soares<sup>1</sup>  
Valéria Aguiar Junqueira Ruiz<sup>2</sup>  
Myrna Wolff Brachmann dos Santos<sup>3</sup>

### EIXO 1 – Formação docente, políticas educacionais e práticas educativas

**Resumo:** O cotidiano é cercado de diversidades, diferentes culturas e relações sociais. Aqui é retratado a experiência vivida em estágio obrigatório do Curso de Pedagogia, com uma criança imigrante, oriunda de outra realidade cultural, econômica e social e que se encontra em um território desconhecido onde a sua única alternativa é se adaptar dentro de suas limitações e possibilidades. E dentro do ambiente escolar essa relação acontece de forma acolhedora e eficaz? Essa indagação traz à tona outros questionamentos quanto ao papel do professor no processo de inclusão, e quanto ao estágio como processo formativo dos futuros docentes.

**Palavras-chave:** Educação infantil; Imigrante; Estágio; Cultura.

### Introdução

Durante o nosso período de estágio obrigatório no Grupo 4<sup>4</sup>, em uma Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI), da cidade de Campo Grande, realizado em uma turma com crianças de 4 anos, observamos que o aluno João (nome fictício), e seus três irmãos de ascendência venezuelana, se encontram matriculados nessa escola.

A interação do João com seus pares é baseada unicamente no recurso que tem conseguido utilizar: a brincadeira. Durante nossos dias junto à turma observamos que ele interage muito pouco verbalmente, e quanto expressa-se por meio da fala usa os recursos linguísticos da sua primeira língua, o espanhol. Certamente por não ser compreendido, quando se expressa através da língua materna, poupa-se de usá-la.

Uma vez que seu relacionamento com os colegas é harmonioso, demoramos para perceber que ele não se comunicava verbalmente com naturalidade, tão pouco que não utilizava a língua portuguesa. Só identificamos a situação quando, em certa ocasião, a professora regente da turma solicitou que ele pegasse o lápis de cor roxa que estava em um pote na mesa. Visivelmente ele não compreendeu o comando e notando a incompreensão, a professora foi até o pote e pegou o lápis da cor que havia solicitado, mostrou-o a ele e o indagou sobre o nome daquela cor, em seguida ele repetiu “*roca*”, procurando encontrar a forma de pronunciar a palavra, a partir da intervenção da professora. A professora ficou muito surpresa com o que ele pronunciou, já que os momentos que ele se comunicava verbalmente eram raros, e prontamente repetiu o nome da cor em português.

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Pedagogia, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

<sup>2</sup> Acadêmica do curso de Pedagogia, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

<sup>3</sup> Professora do Curso de Pedagogia, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

<sup>4</sup> A Educação Infantil, na Rede Municipal de Educação de Campo Grande, MS, está subdividida nos Grupos 1, 2, 3, 4 e 5. O Grupo 4 recebe as crianças com a faixa etária de 4 a 5 anos.

A observação dessa cena nos fez refletir sobre o tratamento pedagógico direcionado a crianças na mesma situação de João: crianças que já aprenderam a língua oral materna e que se veem inseridas num cotidiano linguístico diferente; num país diferente.

Além disso, com base nas informações disponibilizadas não sabemos se João e sua família são ou não, refugiados, mas sabemos sobre a crise econômica atual na Venezuela, o que agrava o perfil de João: uma criança estrangeira e economicamente vulnerável.

Passado o período de Regência na escola, em momento de elaborarmos o Relatório, nossa atenção se voltou para essa situação vivida por muitas crianças. Desse processo de reflexão resulta este texto aqui proposto<sup>5</sup>. Em uma busca inicial, fomos logo nos deparando com a informação de que as crianças que acompanham essas famílias, muitas vezes não recebem um atendimento escolar e social adequado (Bezerra, 2016; Candau, 2011; Silva, 2014). Muitas vezes, prevalece, infelizmente, um modo negligente de receber essas crianças em diferentes contextos sociais. Os noticiários constantemente nos informam sobre casos como esse. Essas crianças estão sendo notadas? Que providências devem ser tomadas pelo poder público? O que a escola deve fazer nesses casos? Qual o papel do professor?

### **Relações socioculturais e de inclusão**

Quando uma vida vai recomeçar em um outro país, tudo muda, a cultura é diferente, a alimentação, as relações sociais e até mesmo o ensino escolar, a criança exposta a essas vulnerabilidades pode desencadear algumas dificuldades, manifestando sintomas físicos e psicológicos como depressão e ansiedade.

A experiência traumática de deixar o país de origem e vivenciar uma realidade completamente desconhecida, faz com que a criança não se sinta incluída na sociedade e pertencente da cultura como diz Bezerra (2016).

A escola é um local intercultural, que recebe diversas culturas e a convivência quebra os paradigmas que poderiam existir entre elas. “As relações culturais não são relações idílicas, não são relações românticas, estão construídas na história, e, portanto, estão atravessadas por questões de poder e marcadas pelo preconceito e discriminação de determinados grupos socioculturais” (Candau, 2011, p. 247).

O ambiente escolar em alguns momentos faz com que prevaleça uma cultura como dominante, e como sabemos “nenhuma cultura pode ser objetivamente superior a outra” (Nogueira; Nogueira, 2021, p.71) e as crianças, em especial as imigrantes, se sentem não pertencente das relações socioculturais. O educador como o principal intermediador nesse ambiente deve promover a inclusão da criança nos contextos escolares.

Como no exemplo que presenciamos, João conhecia o lápis que a professora queria, e talvez soubesse pronunciar o nome da cor, mas na sua primeira língua, o espanhol. Porém a professora buscou entender o que estava acontecendo, ofereceu um suporte para aquisição do novo vocabulário e o fez com o cuidado de não expor João diante de todos os seus colegas, evitando constrangimentos ou mesmo a imposição de uma das formas de nomear a cor como correta em face de outra como incorreta. A

<sup>5</sup> O estágio obrigatório realizado envolveu momentos de Observação e Regência na escola. Para o Relatório de estágio foram cobradas, além da descrição das experiências vividas, reflexões teóricas e reflexões acerca das dificuldades encontradas e daquilo que nos foi possível perceber como enganos, equívocos ou erros cometidos no processo, fazendo parte do trabalho final indicar tudo aquilo que precisávamos melhorar pedagogicamente em nossa atuação e teoricamente formação pessoal.

professora também se mostrou receptiva à João e sua forma de se expressar, ao invés de impor a língua e a cultura onde João está inserido, evitando cometer o equívoco da violência simbólica pela “[...] imposição cultural (arbitrário cultural) de um grupo como a verdadeira ou a única forma cultural existente” (Nogueira; Nogueira, 2021, p.33).

Um detalhe importante não levado em consideração durante nosso período de regência relaciona-se à nossa falta de atenção ao planejarmos nossa proposta de trabalho. A temática escolhida foi “Pantanal e literatura”. Ao planejarmos, imaginamos que o grupo de crianças tinha algumas referências quanto a ideia de Pantanal, sua fauna e flora, dentre outros aspectos do bioma. Contávamos inadvertidamente, com o fato de que ao menos já teriam ouvido a palavra Pantanal. Por inexperiência docente, durante as horas trabalhadas fomos nos dando conta, de que tal bagagem não estava disponível para todas as crianças, especialmente para João. O que era o tal Pantanal? Que sentido fazia para João, nesse caso? Como construir esse sentido para uma criança imigrante, recém-chegada ao Mato Grosso do Sul?

Sem que tivéssemos percebido, provavelmente não fomos tão sensíveis e acolhedoras ao falarmos de algo como se todas as crianças conhecessem o assunto, como se todas já tivessem ouvido falar algo sobre o Pantanal, e arriscamos dizer que com isso, nossa postura provavelmente expressou certa medida de violência simbólica, e de imposição de nossa cultura como referência única de conhecimento de mundo, especialmente se considerarmos o caso de João. O educador tem um papel extremamente minucioso e detalhado, qualquer ponto não bem elaborado e estruturado pode desencadear desenvolvimento de modo errôneo e cheio de falhas que certamente afetam o desenvolvimento das crianças.

Refletir posteriormente sobre o período em que estávamos na escola significou utilizarmos a dimensão teórica para elaborarmos uma autocrítica a partir da perspectiva vivida no contexto prático da escola. E nossos questionamentos encheram nossas cabeças com os desafios visualizados: como uma criança estrangeira pode ser inserida em nossas culturas? Será que estamos sendo competentes como escola inclusiva? São dúvidas que nos desafiaram a partir do rápido período em que estivemos na escola. Assim como Silva (2014, p. 55), ao citar o artigo 5º da Constituição Federal nos diz que: “[...] somos todos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, brasileiros ou estrangeiros residentes no país, sendo-nos reservada a inviolabilidade dos direitos à vida e à igualdade, entre outros”, assim precisamos tornar real o acolhimento e a vivência de crianças estrangeiras em nossas escolas, desde a Educação Infantil.

Durante nosso estágio não levamos adequadamente em consideração os conhecimentos prévios das crianças, ou a ausência deles. Acabamos negligenciando esse aspecto, subentendendo que todos tivessem uma certa e mesma bagagem sobre a temática trabalhada, sem a certeza do conhecimento prévio dela por parte de cada uma das crianças.

Que o erro do “não acolhimento da diferença de culturas”, o erro do “não acolhimento do saber prévio” e do “não sabido previamente” vividos nesse estágio, sejam um aprendizado perene em nossa formação como pedagogas – sobre os quais pretendemos daqui para frente, somente acertar.

Como os demais indivíduos, a criança é um ser cultural, e tem o seu desenvolvimento como um processo ativo e dinâmico, como apontado por Craidy e Kaercher (2001), não se restringindo a ser um sujeito passivo, para o seu desenvolvimento afetivo, a criança precisa das suas próprias interações com o meio. Mas com uma escassa bagagem linguística, da língua oficial do novo país de residência, as interações se tornam mais complexas, e podem impactar seu desenvolvimento.

As culturas interagem e conversam entre si, a escola é um ambiente de aprendizado e interatividade, vivenciadas, testadas, desafiadas e experimentadas todos os dias. O educador não só ensina, mas aprende com essas relações, se desenvolve como ser humano também pertencente de uma cultura, e constantemente cercado de aprendizados e cabe a ele articular os saberes com o cotidiano adaptações ou substituições que torne a criança imigrante acolhida em um local onde a diversidade se encontra e, onde tem ou deveria ter espaço e voz.

Quando acontece a educação inclusiva, onde a cultura e o meio escolar é de fato adaptado para a recepção dessas crianças imigrantes, há uma modificação de todo o ambiente e um preparo dos agentes educativos: informativos em várias línguas, professores e comunidade acadêmica bilíngue, tornando a comunicação linguística mais fácil e fluida.

Porém essa não é a realidade da maioria das escolas brasileiras. A falta de investimentos dificulta o acesso a esses recursos humanos e materiais, e no dia a dia pode acontecer tudo no “improviso” ou muitas vezes sem qualquer adaptação. Nessa situação a criança se sente desamparada e “não pertencente” àquele território estranho e desconhecido.

A falta de preparo do educador, da escola, e de todos aqueles que atuam no ambiente escolar pode, ainda, levar as crianças a desistirem de frequentar a escola. No caso da experiência por nós relatada, o ambiente escolar não era adaptado e a professora tinha uma escassa compreensão da língua espanhola, esses fatores poderiam (ou poderão) levar João e seus irmãos a desistirem de estudar. Embora tenhamos também observado uma dedicação, interesse e esforço enorme por parte João em se inteirar, se relacionar, e em aprender a língua portuguesa, o processo não pode depender apenas de João e seus irmãos, precisa da contrapartida da escola e do poder público.

Nossa passagem por ali foi extremamente breve, mas não, sem produzir em nós estagiárias questionamentos acerca das condições reais de cada escola, de cada EMEI, de cada professor em auxiliar e promover adaptações para a adequada recepção de crianças falantes de outras línguas.

Se a atual perspectiva é a de que o número de imigrantes cresça, como deve se preparar cada instituição escolar? Que responsabilidades têm as Secretarias de Educação? Que preparo é tarefa da Universidade na formação dos docentes? Quais os desafios precisam ser enfrentados para que todas as crianças sejam recebidas de forma inclusiva?

### **Considerações Finais**

Queremos destacar a relevância do estágio em nosso processo formativo. Quão importante é a perspectiva de realizar uma inserção real no espaço escolar e conhecer seus dramas e dificuldades. A experiência do estágio deixa marcas para a formação quando promove o conhecimento teórico, o contato com os agentes da educação, a reflexão, a crítica, e a oportunidade do debate tão caros à experiência acadêmica. Os cursos de licenciatura não podem ser negligentes com a realidade educacional, discutindo e preparando os futuros docentes para lidar com as diversas situações, articulando cada estágio, cada inserção na escola, com o que tem sido produzido teoricamente sobre o assunto.

O João é uma das crianças cuja família tem conseguido acessar direitos como educação, moradia e alimentação, porém essa realidade não é assegurada por todas as famílias. O nosso olhar como futuros(as) pedagogos(as) deve ser atento a esses detalhes, já que podemos nos deparar com diversas situações.

A intenção é colaborar para que sejam assegurados, os direitos das crianças. Torna-se aí relevante conhecer as famílias acolhendo-as em suas necessidades, buscando orientá-las, ampliando o cuidado para além da criança matriculada. É assim, como representante do poder público que a escola pode contribuir com todo o processo de inclusão daqueles que buscam um lugar melhor para viver em nosso país.

Além da escola, institucionalmente, cada professor deve se voltar para as necessidades específicas de seus alunos, buscando supri-las em todas as barreiras que se apresentarem. As Secretarias de Educação precisam criar estratégias de triagem desses alunos, e dar suporte às escolas para o desenvolvimento de um bom trabalho.

## Referências

BEZERRA, Cecília Braga. **Distantes do berço**: impactos psicológicos da imigração na infância, 2016. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2016. (Orientadora: Lucienne Martins Borges).

CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Currículo sem fronteiras**. Diferenças culturais, cotidiano escolar e prática pedagógicas, Rio de Janeiro, v.11, n.2, p. 240-255, 2011. Disponível em: [candau.pdf \(saopauloopencentre.com.br\)](http://candau.pdf(saopauloopencentre.com.br)). Acesso em: 11 jun. 2023.

CRAIDY, Carmem Maria, e KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva. **Educação Infantil: Pra que te quero?**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

NOGUEIRA, Cláudio M. Martins, e NOGUEIRA, Maria Alice. **Bourdieu e a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SILVA, Ana Paula. **No hablamos español!** Crianças bolivianas na educação infantil paulistana. 2014. Dissertação (Mestrado) - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Guarulhos, 2014. (Orientador: Marcos Cezar de Freitas).